

Infância, adolescência e juventude: produção do conhecimento na Serviço Social & Sociedade

Childhood, adolescence and youth: production of knowledge in the *Serviço Social & Sociedade*

Gláucia Helena Araújo Russo*
Mizzaely Suianny Lacerda de Sales**
Kyslaine Rodrigues de Aguiar***

Resumo: Trata-se de uma pesquisa documental qualiquantitativa sobre a produção do conhecimento nas temáticas da infância, adolescência e juventude na revista *Serviço Social & Sociedade*, entre 1979 a 2017. Apresenta-se o panorama geral dos trabalhos, os principais debates e as tendências teórico-metodológicas explicitados nas produções. Sinaliza-se a ínfima produção de conhecimento sobre juventude comparada à totalidade dos trabalhos publicados e a inexistência de produções de autores situados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Identifica-se uma alteração tanto dos métodos de abordagens das temáticas como da própria visão acerca das crianças, adolescentes e jovens, partindo do estrutural-funcionalismo para o materialismo histórico-dialético, embora a fenomenologia e a perspectiva pós-moderna também apareçam de forma incipiente. Conclui-se que os relatos de experiência profissional no âmbito dos direitos, políticas e programas sociais predominaram massivamente, sobretudo nos anos 2000.

Palavras-chave: infância; adolescência; juventude; produção do conhecimento.

Abstract: This is a qualitative and quantitative documentary research on the production of knowledge on the themes of childhood, adolescence and youth in the *Serviço Social & Sociedade* magazine, between 1979 and 2017. An overview of the works, the main debates and the theoretical-methodological trends explained in the productions are presented. It highlights the negligible production of knowledge about youth compared to the totality of published works and the inexistence of productions by authors located in the North and Center-West regions. A change is identified both in the methods of approaching the themes and in the view itself about children, adolescents and young people, from structural-functionalism to dialectical historical materialism, although phenomenology and the post-modern perspective also appear in an incipient form. It is concluded that reports of professional experience in the field of rights, policies and social programs were massively predominant, especially in the 2000s.

Keywords: childhood; adolescence; youth; production of knowledge.

Recebido em: 08/08/2021

Aprovado em: 13/10/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Graduada em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); mestre e doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

** Graduada em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

*** Graduada em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Gestão do Sistema Único da Assistência Social pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar). Atual atividade profissional exercida: Assistente Social na 1ª vara de Pau dos Ferros/RN do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) pelo programa de Bolsa Estágio de Pós-Graduação do Poder Judiciário.

Introdução

O Serviço Social brasileiro, desde sua gênese na década de 1930, vem se deparando com demandas na área da infância, adolescência e juventude, posto se constituir como uma profissão generalista, cuja atuação se dá em diversos espaços sócio-ocupacionais, com diferentes populações e expressões da questão social. Diante disso, crianças, adolescentes e jovens vêm se constituindo como objeto/sujeito de ação e reflexão dos(as) assistentes sociais.

Partindo dessa realidade, buscamos realizar um levantamento quali-quantitativo das produções sobre infância, adolescência e juventude na revista Serviço Social & Sociedade, a partir do seu primeiro número, publicado em 1979, até o número 129, em 2017¹, de maneira a construir um panorama geral das discussões sobre as temáticas da infância, adolescência e juventude.

No âmbito deste artigo, de maneira particular, intentamos perceber o lugar ocupado por essas temáticas na coletânea, tomando por base a totalidade dos temas presentes nesse veículo, assim como identificar as principais tendências teórico-metodológicas e debates realizados pelos(as) autores(as).

A escolha pela Serviço Social & Sociedade se deu por esta se destacar, hoje, como um dos periódicos de maior relevância no âmbito do Serviço Social, consolidando-se como a mais antiga revista científica da profissão no campo da renovação crítica². Dessa forma, a nosso ver, os artigos e resenhas nela publicados revelam as diversas perspectivas teóricas presentes no Serviço Social desde o Movimento de Reconceituação³, sendo um retrato do contexto social e estrutural da sociedade brasileira e, também, da forma como vem se construindo o conhecimento profissional.

Caminhos metodológicos

O método que embasa nossa discussão implica uma relação dialética entre pensamento e realidade, compreende a sociedade e os processos que lhe constituem, constantemente se

¹ Ano de término do projeto de pesquisa que deu suporte a referida investigação.

² No Brasil, antes da criação da Revista Serviço Social & Sociedade em 1979, não havia espaço em periódicos da profissão para divulgar as produções científicas com uma vertente crítica. A Revista *Debates Sociais*, criada em 1965, era o único periódico de importância nacional na área de Serviço Social e expressava hegemonicamente a perspectiva modernizadora-tecnocrática, direcionada à instrumentalização técnica dos(as) assistentes sociais que respondiam as demandas do mercado de trabalho durante o período da ditadura civil-militar. (RAICHELIS et al., 2019).

³ Movimento de Reconceituação centralizou-se na busca da construção de um Serviço Social latino-americano. Por um lado, se baseou na recusa da importação de teorias e métodos alheios à história vivenciada pelo país e, por outro, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e do propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. (IAMAMOTO, 2019).

transformando e as contradições e antagonismos presentes em todos os fenômenos sociais.

Se o movimento é parte da realidade, o conhecimento também precisa ser investigado. Diante disso, realizar um estado da arte da produção sobre infância, adolescência e juventude na Revista Serviço Social & Sociedade, nos permitiu construir um processo que buscou conhecer o conhecimento acumulado na área, por meio da análise quali quantitativa da produção existente sobre as referidas temáticas.

Aunque el estado del arte se asocia en algunas ocasiones con la estricta revisión sobre la producción documental dentro de un área, su abordaje permite enfocarlo dentro de tres perspectivas fundamentales como propuesta hermenéutica del conocimiento y la realidad social, como una modalidad de investigación de la investigación y como punto de inicio que permita establecer nuevos caminos en el ámbito investigativo. (MONTROYA, 2005, p. 74).

Na perspectiva aqui adotada o estado da arte vai além da produção documental na área, pois visa um conhecimento aprofundado sobre as temáticas abordadas, de maneira a realizar um levantamento geral dessa produção. Não obstante, sua base é a pesquisa documental, esta, por sua vez, não pode ser utilizada sem o uso apropriado do método, e, ao mesmo tempo o(a) pesquisador(a)

[...] segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 04).

Assim como a pesquisa documental tanto pode nos levar a resultados qualitativos quanto quantitativos, dependendo dos objetivos da investigação, o estado da arte, também oferece um leque de possibilidades ao(a) pesquisador(a). Diante disso e como forma de enriquecer nossa investigação, optamos pela realização de uma pesquisa quali quantitativa, cientes de tratar-se de duas diferentes dimensões e que cada uma delas aborda determinados aspectos da realidade e que, por isso mesmo, não são antagônicos, mas complementares.

Os dados quantitativos permitem dimensionar os problemas com os quais se trabalha, pois possibilitam a realização de grandes retratos da realidade. No caso específico da nossa investigação nos permitiu a construção de um panorama geral das discussões sobre infância, adolescência e juventude, bem como conhecer o lugar ocupado por essas temáticas, do ponto de vista de sua expressividade em relação à totalidade dos temas debatidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

A qualitativa, outrossim, contribui para conhecer os discursos, as subjetividades dos sujeitos e suas concepções, ou seja, a forma como pensam suas problemáticas e os significados

atribuídos às experiências. Mais que isso, esta dimensão da pesquisa possibilita a articulação entre as reflexões teórico-metodológicas e o objeto estudado. (MINAYO, 1998). Portanto, tal abordagem nos forneceu subsídios para observarmos os principais temas, debates e tendências teórico-metodológicas presentes nos textos sobre infância, adolescência e juventude no periódico pesquisado.

Assim, realizamos nossa pesquisa documental, tendo como fonte 129 números da Revista Serviço Social & Sociedade – um dos principais espaços de publicação da área de Serviço Social, estando atualmente inscrita no qualis Capes no extrato A. Inicialmente, realizamos o levantamento dos dados quantitativos de nossa pesquisa, organizando todas as revistas nas quais apareceram, em seu sumário, artigos científicos, resenhas, crônicas e demais produções que tematizavam sobre infância, adolescência e juventude, nas versões física e online do periódico.

Em seguida, os dados foram sistematizados e tabulados usando os parâmetros anteriormente levantados em nossos objetivos. Ao final da coleta de dados quantitativa, fizemos a leitura e o fichamento de todas as produções sobre infância, adolescência e juventude, de maneira a apreender quais as principais discussões travadas desde 1979, assim como as tendências teórico-metodológicas presentes, dando concretude, portanto, ao nosso levantamento qualitativo. Todo esse processo foi realizado considerando-se que a pesquisa científica exige um diálogo e uma unidade dialética entre as dimensões qualitativas e quantitativas.

É um primeiro esforço de discussão de tais dados que apresentamos aqui.

Infância, adolescência e juventude: panorama geral das produções na Serviço Social & Sociedade

Desde a sua gênese, na década de 1930, o Serviço Social brasileiro é requisitado a responder às múltiplas expressões da questão social envolvendo crianças, adolescentes e jovens, em sua maioria em situação de “abandono”, “mendicância”, “libertinagem” e/ou “delinquência”⁴, conforme se referia o Código de Menores instituído em 1927. Embora com um teor moralista, higienista e punitivo, esse Código inseriu a assistência e a proteção a esses sujeitos como encargos do Estado, requisitando comissários para atuar na vigilância dos menores de 18 anos. (RIZZINI, 2008).

⁴ Todos esses termos tinham um sentido pejorativo, referiam-se a crianças e adolescentes pobres, descaracterizados de sua condição de pessoa em desenvolvimento físico e psíquico, portanto “menores”, para quem só restava a punição e o desprezo da sociedade. (RIZZINI, 2008).

De acordo com Yamamoto e Carvalho (2014), com a expansão das demandas e campos de atuação profissional no atendimento à infância e juventude e, em seguida, em áreas como saúde, previdência social e indústria, surgia a necessidade de uma formação técnica especializada, levando a ampliação dos cursos de Serviço Social. Posteriormente, fizeram-se cada vez mais necessários os debates sobre a atuação profissional, em congressos e seminários, cuja expressão máxima deu-se no conhecido Movimento de Reconceituação, a partir da década de 1960.

No ano de criação do segundo Código de Menores, em 1979, os campos de atuação dos(as) assistentes sociais já estavam consolidados e novas mudanças eram empreendidas no interior da categoria profissional. Nesse mesmo ano, a profissão começava a seguir um novo rumo com o Congresso da Virada⁵, iniciando a construção do Projeto Ético-Político Profissional. Além disso, o ano de 1979 também é marcado pela criação da Revista Serviço Social & Sociedade, a qual teve, nos anos seguintes, um significativo papel na divulgação das produções científicas da profissão, contribuindo com o processo de constituição do Serviço Social como área de produção de conhecimento – momento em que

[...] a profissão, paulatinamente, passa a responder nos planos da prática profissional, da pesquisa e da formação profissional às demandas mediatas e imediatas que lhe são postas, *apreendendo novas e ricas mediações no trato dos objetos de intervenção e passando a lhes imprimir, também, o estatuto de objetos de conhecimento*, o que contribuiu para sua *inserção no circuito das ciências humanas e sociais, para além das ciências sociais aplicadas*. (MOTA, 2013, p. 22. Grifos nossos).

Segundo Mota (2013), a partir da década de 1980, o Serviço Social além de se situar como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, também se constituiu enquanto área de conhecimento, construindo um acervo intelectual referenciado, inclusive, nas produções das ciências humanas e sociais e das instituições governamentais.

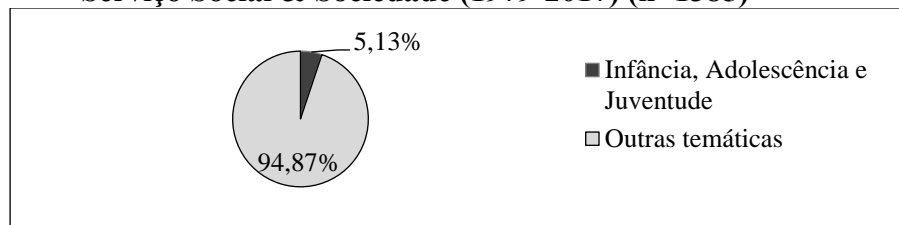
Nesse contexto, em se tratando da produção do conhecimento sobre infância, adolescência e juventude no Serviço Social, há notadamente uma relevância, na medida em que esta: fornece um manancial crítico-reflexivo aos(as) assistentes sociais inseridos nos diversos espaços sócio ocupacionais com interface nas áreas da infância e juventude – tanto no eixo de promoção, como de defesa ou controle social; subsidia a elaboração de políticas públicas em

⁵ Congresso da Virada foi como ficou conhecido o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no ano de 1979, em um contexto de ditadura civil/militar. Esse congresso marcou, ainda que simbolicamente, o movimento de ruptura de um modelo de Serviço Social associado ao poder dominante e a proposta de ação política ligada à manutenção da ordem. Assim, o Congresso da Virada se colocou como um elo na transição histórica entre a ditadura e a democracia, um elo dos(as) assistentes sociais com os(as) trabalhadores(as) e de identificação das lutas profissionais com as lutas mais amplas da sociedade. Além disso, representou a ruptura com um modelo de prática de adaptação, reforçando uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação. (FALEIROS, 2009).

consonância com as particularidades dessas fases da vida e a realidade dos sujeitos que as vivenciam e; desvela aspectos da vida social de crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a produção do conhecimento e, a partir disso, lança luz para as possibilidades de transformação da realidade na qual se inserem.

Considerando a importância da produção do conhecimento acerca de tais temáticas, em nossa pesquisa, o levantamento quantitativo das produções na Revista Serviço Social & Sociedade, de 1979 a 2017, apontou a existência de um total de 1385 trabalhos publicados em 129 números do periódico, em diferentes formatos: artigos, resenhas, relatos de experiência e crônicas. Desse total, contabilizamos 71 (5,13%) trabalhos que abordavam as temáticas infância, adolescência e juventude, conforme nos sinaliza a figura 01:

Figura 01 – Quantidade de trabalhos sobre infância, adolescência e juventude na Revista Serviço Social & Sociedade (1979-2017) (n=1385)



Fonte: Sistematização das autoras a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

A nosso ver, a quantidade de trabalhos sobre as temáticas em apreço, na Revista Serviço Social & Sociedade, é pequena se considerarmos o lapso temporal dessas produções: 38 anos. Se dividirmos o número de trabalhos encontrados (71) pela quantidade de números da Revista publicados (129), teremos uma média de aproximadamente 1,82 trabalhos publicados por ano, versando sobre infância, adolescência e juventude. Embora seja uma média interessante, consideramos importante conhecermos os períodos em que houve maior ou menor concentração de discussões sobre tais temáticas.

Na década de 1980, foram publicados 14 trabalhos distribuídos em 07 números da Revista e, na década seguinte, o número de trabalhos caiu para 11, em contrapartida, são publicados em 09 números da Revista. Nos primeiros dez anos dos anos 2000, há um salto considerável na produção teórica, com a publicação de 30 trabalhos, em 14 números da Revista, ultrapassando a quantidade das publicações sobre os temas das duas décadas anteriores juntas. Por fim, temos o período que vai de 2010 a 2017 com um total de 16 trabalhos, publicados em 11 números da coletânea.

Com tais dados, podemos inferir que o período de maior concentração de publicações sobre infância, adolescência e juventude na Revista consiste na primeira década dos anos 2000,

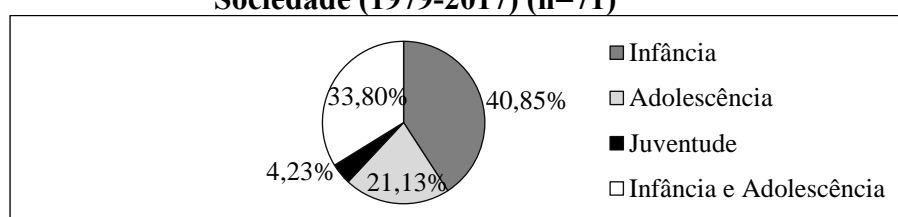
tendo como um dos fatores facilitadores uma chamada específica para o tema lançada em 2005, a qual agrupou produções teóricas concernentes aos temas. Contudo, se subtrairmos os 11 trabalhos contidos nela, restariam 19 – número que ainda ultrapassa as décadas anteriores. A nosso ver, essa concentração possui uma relação direta com o processo de implantação de políticas públicas nesse período, que demandou dos(as) assistentes sociais o debate e a análise crítica e sociopolítica, sobretudo sobre infância e adolescência.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ter sido promulgado na década de 1990, as iniciativas de promoção social dos direitos de crianças e adolescentes não se concretizaram imediatamente. A política neoliberal empreendeu cortes significativos no orçamento destinado às políticas sociais no Brasil, gerando uma forte discrepância entre o direito conquistado no ordenamento jurídico e a realidade social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

De fato, as iniciativas só começam a ganhar capilaridade na entrada dos anos 2000, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa-Escola, em 2001 e, o Programa Bolsa-Família em 2003. Assim como com os diversos ordenamentos que passam a normatizar a Política Nacional de Assistência Social no Brasil, a partir de 2004, tais como: a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, em 2005; o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em 2006; e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em 2006.

Em nossa pesquisa, foi possível detectar, ainda, a quantidade de trabalhos referente a cada ênfase geracional, vejamos:

Figura 02 – Distribuição de trabalhos por ênfase geracional na Revista Serviço Social & Sociedade (1979-2017) (n=71)



Fonte: Sistematização das autoras, a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

De um total de 71 trabalhos publicados na Revista, encontramos maior concentração na temática infância com 29 produções (40,85%); o tema infância e adolescência apresentou 24 (33,80%); adolescência apareceu com 15 (21,13%); e juventude sinalizou um número significativamente pequeno, com apenas três trabalhos (4,23%).

O primeiro trabalho publicado sobre juventude ocorre somente em 2005, trazendo um relato de experiência de um projeto de extensão realizado com jovens na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sobre o direito e acesso à cidade. Destarte, a pequena produção acerca da juventude na totalidade das publicações dessa Revista é um reflexo da incipiente discussão no Serviço Social e, também na sociedade, sobre a temática.

Conforme o CFESS (2014), a trajetória na formulação de políticas de juventude é recente e, antes, inexistiam canais democráticos que assegurassem espaços para o debate e participação na formulação, acompanhamento e avaliação das ações para os(as) jovens. Tal cenário ganha novos contornos com a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2004, e a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013. No entanto, os reais impactos de tais iniciativas ainda precisam ser aprofundados pela categoria profissional dos(as) assistentes sociais.

Nossa pesquisa identificou, também, a distribuição dos(as) autores(as) por região. Assim, de acordo com os dados, o Sudeste possui maior concentração com 47 autores(as) discutindo as temáticas. Destes, 14 produziram com ênfase em infância, 11 em adolescência, 20 em infância e adolescência e dois em juventude. Em seguida, temos a região Sul, com 13 autores(as), quatro com ênfase em infância, três em adolescência, cinco em infância e adolescência e um em juventude.

Já a região Norte aparece com 10 autores(as), dentre os quais 03 realizaram discussões sobre infância e 07 sobre infância e adolescência, não havendo autores(as) com produções com ênfase apenas em adolescência, tampouco em juventude. A região Nordeste apresentou sete autores(as), com quatro deles produzindo sobre infância, um com ênfase em adolescência, um em infância e adolescência e um em juventude. Por fim, temos a região Centro-Oeste apresentando o menor número de autores(as) na abordagem das temáticas, com apenas cinco, sendo três com trabalhos com ênfase em infância e dois em adolescência, inexistindo autores(as) que discutam infância e adolescência de forma conjunta e juventude.

Debates e tendências teórico-metodológicas das produções sobre infância, adolescência e juventude

Da publicação do primeiro número da Revista Serviço Social & Sociedade, em 1979, até 1989, identificamos discussões voltadas à: saúde da criança, seu cotidiano, atuação profissional do Serviço Social com crianças e adolescentes, processo de adoção, trabalho educativo com adolescentes que cometeram ato infracional, políticas e programas sociais para a infância e juventude, bem como violência de pais contra filhos. Vejamos:

Quadro 1 - Produção do conhecimento na área da infância, adolescência e juventude da década de 1980, na Revista *Serviço Social & Sociedade*

Título	Edição/Ano	Objetivo	Tendência teórico-metodológica
<i>Artigo – A vida das crianças.</i>	N. 03, 1980.	Apresentar relatos de crianças moradoras de favela na região norte de São Paulo, destacando os indicadores de trabalho infantil, os conflitos desencadeados no âmbito da família, a violência doméstica e a situação socioeconômica.	Método: fenomenologia.
<i>Artigo – Saúde da criança – papel exclusivo da mulher? Visão do Serviço Social.</i>	N. 10, 1982.	Discutir o trabalho do assistente social na sua relação com a mulher e os cuidados com a saúde das crianças, a partir de análises das vivências de mães que frequentam o Instituto da Criança.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Resenha – Assistência à mulher e à criança: formação de recursos humanos.</i>	N. 16, 1984.	Problematizar o tema na realidade brasileira no âmbito da formação de recursos humanos na saúde.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Resenha – Atuação do Serviço Social junto aos recém-nascidos no berçário obstétrico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).</i>	N. 16, 1984.	Discutir o trabalho do assistente social a partir da realidade do berçário obstétrico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.	Método: estrutural-funcionalismo.
<i>Artigo – A influência das ações de saúde sobre a mortalidade infantil na década de 1970.</i>	N. 16, 1984.	Discutir as ações de saúde da década de 70 e sua influência sobre a mortalidade infantil, estudando as principais causas de morte e a sua relação com as ações de saúde.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – A questão do menor: depoimento de um ex-presidente da FUNABEM.</i>	N. 19, 1985.	Analisar a questão do menor a partir de um resgate histórico da realidade socioeconômica que determina a situação diferenciada da infância brasileira.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Carta de São Paulo – “Menor e Constituinte” – Conclusões do Congresso Estadual “Menor e Constituinte”.</i>	N. 19, 1985.	Discutir os direitos dos menores na futura Constituição brasileira, partindo dos objetivos traçados pelo Conselho de representantes do programa do menor de São Paulo.	Método: estrutural-funcionalismo.
<i>Artigo – Relato de experiência profissional – O atendimento ao menor.</i>	N. 19, 1985.	Relatar a experiência de trabalho em um hospital público, vinculado ao INAMPS, em uma cidade agrícola com cerca de 80.000 habitantes.	Método: estrutural-funcionalismo.

<i>Artigo – Relato de experiência profissional – A educação pelo trabalho.</i>	N. 16, 1985.	Relatar a experiência profissional, enquanto presidente da FEBEM de Minas Gerais, sobre o trabalho educativo com os adolescentes que cometeram ato infracional.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Repensando a violência de pais contra filhos.</i>	N. 22, 1986.	Discutir a violência de pais contra filhos com ênfase na violência física.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – A questão do menor.</i>	N. 22, 1986.	Discutir o papel da instituição enquanto espaço de luta e refletir sobre a necessidade de mudar a rota da ação profissional.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Ensaio – A questão do bem estar do menor no contexto da política social brasileira.</i>	N. 27, 1988.	Discutir as contradições do crescimento desigual do país, trazendo dados sobre a situação do país em termos de taxas de crescimento, salário-mínimo, pobreza, dentre outros aspectos.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – O programa do bom menino ou de como preparar mão de obra barata para o capital.</i>	N. 27, 1988.	Analisar o programa do bom menino, programa do governo federal, buscando perceber suas funções e consequências.	Método: materialismo histórico dialético.

Fonte: Sistematização das autoras, a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

Conforme podemos observar no Quadro 1, na temática de saúde da criança, utilizando o materialismo histórico-dialético, aparece uma crítica ao papel atribuído à mulher como única responsável pela saúde infantil. Assim como, análises em torno das ações de saúde realizadas na década de 1970 e sua influência sobre a mortalidade infantil, apontando as principais causas de morte, como a condição socioeconômica da população, e a relação entre a evolução de algumas delas e as ações de saúde dessa década.

A nosso ver, tais análises indicam um momento de contestação do modelo privatista de medicina previdenciária do regime civil-ditatorial, com ênfase na prática médica curativa, individual e assistencialista, e de defesa de um modelo de saúde pública baseado na prevenção e promoção, que considere a determinação social do processo saúde-doença. Trata-se, portanto, de uma expressão do movimento de Reforma Sanitária⁶ em curso desde a década de 1970. (BRAVO, 2006).

⁶ A Reforma Sanitária culminou com a conquista do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi fruto de lutas e mobilização dos profissionais de saúde articulados ao movimento popular, tendo como preocupação central assegurar uma atuação do Estado em função da sociedade, considerando a concepção de Estado democrático e de direito, responsabilizando-o pela saúde. Esse movimento atingiu grandes proporções e teve como marco histórico a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, em Brasília-DF, cujos eixos centrais foram: I – A Saúde como direito inerente à personalidade e à cidadania; II – Reformulação do Sistema Nacional de Saúde; e III – Financiamento setorial. (BRAVO, 2006).

Por outro lado, utilizando o método estrutural-funcionalista, identificamos uma discussão voltada à atuação do Serviço Social junto aos recém-nascidos do berçário obstétrico do Hospital das clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), nos chamando atenção o uso de termos como “clientela”, “problemas sociais”, “ajustamento social”, “família de baixo padrão sócio-econômico-cultural” e “atendimento global”.

Sobre o cotidiano da criança, apareceram discussões apoiadas no método fenomenológico acerca da situação de crianças moradoras de favela, na região Norte de São Paulo, trazendo indicadores do trabalho infantil, conflitos desencadeados no âmbito da família, violência doméstica e suas condições socioeconômicas. Tais discussões apresentaram-se de forma descritiva, a partir dos relatos das crianças, sem, contudo, realizar análises aprofundadas e diálogos com autores(as). Já no debate sobre violência de pais contra filhos, a violência é apresentada numa perspectiva histórica, os direitos de crianças e adolescentes são defendidos e o termo “menor” não aparece. No entanto, o método não é explicitado.

Os métodos estrutural-funcionalista, fenomenológico e o materialismo histórico dialético, identificados nas publicações da Revista Serviço & Sociedade na década de 1980, retratam as tendências teórico-metodológicas presentes na profissão, marcadamente, no Movimento de Reconceituação. Conforme Netto (2005), o estrutural-funcionalismo, em particular, corresponde à perspectiva modernizadora que se insere na categoria profissional questionando, durante os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), a atuação tradicional baseada no neotomismo, em nível microsocial, na qual buscava ajustar os indivíduos por meio de uma reforma moral e comportamental.

O autor destaca que as requisições postas pelo desenvolvimentismo operado pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar exigiram dos(as) assistentes sociais uma abordagem técnica e macrossocial na execução dos serviços, no planejamento, na formulação e implementação de políticas. Diante desse contexto, a profissão desloca-se do neotomismo – embora sem romper totalmente com ele – para o estrutural-funcionalismo, assumindo uma perspectiva integrativa entre indivíduo e sociedade. Nesta perspectiva, o(a) assistente social passa a se orientar por uma visão global de homem, visando integrá-lo ao seu sistema social. A ênfase recai, então, no Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

Essa tendência teórico-metodológica do estrutural-funcionalismo também apareceu nas discussões sobre a “questão do menor”, conforme podemos perceber nas publicações da Revista na década de 1980. O debate se direcionou para uma descrição da atuação do Serviço Social no atendimento ao menor. Assim, termos como “clientela”, “situação irregular do menor”, “desestruturação familiar”, “intervenção globalizada”, “integrar a instituição à comunidade” e

“necessidades do desenvolvimento global do menor” encontraram-se fortemente presentes nos textos analisados.

Ao mesmo tempo, as discussões se situaram no campo social democrático, expressando a defesa de programas e projetos sociais e dos direitos de crianças e adolescentes. Em um dos debates, por exemplo, em consonância com a perspectiva de “desenvolvimento global do menor”, foram abordados elementos posteriormente incorporados à Constituição Federal, sendo o “menor” considerado como todas as crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento, independente de classe social, etnia etc., numa clara desconstrução da forma como o termo vinha sendo correntemente utilizado.

Na tendência teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, a “questão do menor” aparece com ênfase na classe e questão social, empreendendo uma crítica à perspectiva de integração social. No geral, identificamos os seguintes debates: desvelamento do termo “menor”, usado para se remeter a crianças e adolescentes pobres, sem condições de prover suas necessidades básicas; crítica à prática de responsabilizar esses sujeitos pela sua não inserção na escola e no mercado de trabalho, como um problema individual de inadaptação; localização do “problema do menor” na crise econômica e social do país; crítica ao caráter antidemocrático de programas do governo federal ao se gestar por meio do interesse do empresariado, sem consultar a sociedade civil; o papel da educação pelo trabalho com adolescentes autores de ato infracional como forma de lhes promover processos de consciência emancipatória; e a percepção das instituições como espaços contraditórios, nos quais é possível uma atuação profissional crítica direcionada à transformação social. Na década de 1990, há uma ênfase nos debates sobre: adoção no Brasil e os mitos e preconceitos que a cercam, criança e adolescente em situação de rua, trabalho precoce e controle social, como indica o Quadro 2:

Quadro 2 - Produção do conhecimento na área da infância, adolescência e juventude da década de 1990, na Revista *Serviço Social & Sociedade*

Título	Edição/Ano	Objetivo	Tendência teórico-metodológica
<i>Crônica – Pixote. Ficção vs. Realidade = Sociedade.</i>	N. 35, 1991.	Busca, por meio da crônica, propor uma reflexão sobre o Brasil moderno e, também, repensar a metodologia trabalhada pelos professores, particularmente no Serviço Social.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Recordação da adolescência: um acidente de trabalho.</i>	N. 37, 1991.	Estabelece um corte de classe e aborda as adolescências que não precisam trabalhar e aquelas que necessitam de trabalho para a subsistência.	Método: materialismo histórico dialético.

<i>Artigo – Algumas considerações sobre a questão da criança e do adolescente de rua.</i>	N. 43, 1993.	Traz questionamentos sobre meninos e meninas de rua, articulados a um quadro social, cultural, político e econômico, que desafia profundamente a sociedade brasileira.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Relato analítico – III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma análise.</i>	N. 43, 1993.	Relata o Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, trazendo dados e observações críticas sobre o evento.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Adoção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos.</i>	N. 54, 1997.	Reflete sobre o processo de adoção no Brasil, sobretudo a qualificação/habilitação e os mitos e preconceitos que a cercam, os quais partem tanto dos técnicos das Varas da Infância e Juventude, quanto dos casais e demais pessoas interessadas na adoção.	Método: fenomenologia.
<i>Artigo – Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura.</i>	N. 54, 1997.	Analisa o trabalho precoce, recorrendo aos seus determinantes estruturais e nas alternativas integrativas para combatê-lo.	Método: estrutural-funcionalismo.
<i>Artigo – Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno.</i>	N. 57, 1998.	Aponta para a necessária desconstrução do mito do amor materno e para as consequências desse mito em relação ao universo feminino e, especialmente, da adoção. Destaca, ainda, as diferenças entre maternidade e maternagem.	Método: fenomenologia.

Fonte: Sistematização das autoras, a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

Em termos de tendências teórico-metodológicas, as discussões acerca da adoção no Brasil aproximaram-se de forma unânime da fenomenologia, ainda que de maneira implícita. Encontramos discussões descritivas com ênfase nas relações familiares, no sujeito criança, pai e mãe, assim como nos sentimentos e significados que cercam essa prática. As análises apontaram a necessidade de uma preparação dos(as) adotantes por uma equipe multidisciplinar, no sentido de desconstruir mitos relativos à criança recém-nascida, assim como a percepção de problemas comportamentais associados à herança genética e modelos ideias de casal ou família. Nesse debate, os(as) adotantes devem ser sensibilizados a uma visão positiva dos pais biológicos e a revelar à criança sua origem familiar, pois há implicações emocionais negativas para aquela que convive com a negação/desqualificação de sua origem. (SANTOS, 1997). Há, ainda, um debate sobre a desnaturalização do amor materno como inscrito na natureza feminina, embasado em Elisabeth Badinter. Nesse entendimento, ele é visto como algo social, histórico e cultural.

Para Capalbo, (1991, p. 26), “a fenomenologia visa mostrar e descrever, com rigor, negando-se, pois – como na tradição racionalista –, a ser demonstrativa ou reconstrutivista dos fenômenos. Visa a descrever os fenômenos tais como são vividos, tais como se mostram em si no mundo da vida”. Noutras palavras, ela não pretende explicá-los e demonstrá-los, mas compreendê-los, buscando na descrição um significado. Ela adentra no Serviço Social durante os seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), negando o positivismo e o marxismo. Aqui, a profissão é concebida como uma intervenção inscrita na atuação psicossocial por meio do diálogo. (NETTO, 2005).

Sobre trabalho precoce e criança e adolescente em situação de rua, o materialismo histórico e dialético apareceu predominantemente. Contudo, em uma das discussões sobre trabalho precoce, notamos a presença do estrutural-funcionalismo. São citados alguns aspectos macrossociais, como: a globalização da economia, recessão, desemprego e ajustes econômicos. O trabalho infantil é visto, ao mesmo tempo, como expressão de desigualdade e ausência de proteção integral. Nesse debate, a ênfase recai sobre a carência ou precarização da oferta da educação básica que “expulsa os pobres” e “os menos persistentes” do espaço escolar. Para combater o trabalho infantil, o caminho apresentado é “criação de ações culturais, lúdicas e formativas que vão além do ensino formal” para “garantir um cidadão trabalhador, crítico, criativo e integrado à sociedade de seu tempo”. (CARVALHO, 1997, p. 112).

Já no materialismo histórico-dialético, crianças e adolescentes submetidos ao trabalho são vistos como sujeitos que subsidiam a renda familiar, diante da pobreza e do desemprego. Para eliminar o trabalho infanto-juvenil, a proposta é erradicar esse contexto determinante, mas essas discussões não são aprofundadas pela via do recurso à obra marxiana. No debate da criança e do adolescente em situação de rua, esses são concebidos como parte do lupem proletariado, a partir de Marx. Do ponto de vista de sua resolutividade, aponta-se uma radicalidade democrática, a construção da cidadania e uma nova ordem social. (SILVA, 1993).

A década de 1990 nos indica que há, nessas discussões, um processo de assimilação na incorporação desse método. Se, de um lado, existe uma análise que não recorre aos escritos originais de Marx, mas revela quais são as determinações materiais do trabalho infantil, há, por outro lado, uma análise que se remete à fonte original, entretanto, ainda coloca a resolutividade da situação de rua no âmbito da cidadania e da democracia de uma nova sociedade. Tal análise pode ter sido muito influenciada pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e a intensa aspiração por uma sociedade baseada na concretização de direitos constitucionais.

Foi nessa direção que um novo século se iniciou e as discussões voltadas para a infância, adolescência e juventude se ampliaram, majoritariamente, no âmbito dos direitos, políticas e

programas sociais. Vejamos:

Quadro 3 - Produção do conhecimento na área da infância, adolescência e juventude, no período de 2000 a 2009, na Revista *Serviço Social & Sociedade*

Título	Edição/Ano	Objetivo	Tendência teórico-metodológica
<i>Artigo – Adoção ou abrigos de tipo ideal?</i>	N. 63, 2000.	Realiza uma discussão sobre a institucionalização de crianças, os modelos de atendimento adotados e o significado/implicações da intervenção profissional e seus encaminhamentos, dando ênfase à questão da adoção.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Um pouco da história do Bolsa-Escola.</i>	N. 66, 2001.	Aborda de maneira mais geral o programa Bolsa-Escola, sobre suas perspectivas e de que forma pode contribuir para que crianças e adolescentes inseridas em contexto de pobreza frequentem a escola e, ao mesmo tempo, possam sair de situações de risco e vulnerabilidade.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Família de apoio: uma experiência inovadora.</i>	N. 67, 2001.	Aborda a colocação familiar face ao contexto de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. O trabalho é oriundo de uma pesquisa realizada no poder judiciário do Estado de São Paulo, onde se dá a prática de acolhimento, por famílias temporárias de crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Adolescência com prática de ato infracional: a questão da imputabilidade penal.</i>	N. 67, 2001.	Problematiza a prática de ato infracional, considerando o contexto de violência contra crianças e adolescentes em nível de Estado, família e sociedade.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Relato de experiência – Educação não-formal com adolescentes em liberdade assistida.</i>	N. 78, 2004.	Realiza um relato de experiência de educação não-formal desenvolvida com um grupo de jovens que se encontram na condição de Liberdade Assistida (LA).	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Os direitos da criança no Brasil – Recomendações das Nações Unidas.</i>	N. 80, 2004.	Traz uma análise, pelo comitê das Nações Unidas, do relatório da infância apresentado pelo Brasil. O comitê apontou as dificuldades dos estados e municípios brasileiros na implementação das recomendações da Convenção sobre os Direitos da Criança.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Analisa as possibilidades de enfrentamento das múltiplas formas de violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, a partir da perspectiva dos direitos humanos e institucionalização do sistema de proteção e promoção desses direitos.	Perspectiva de direitos humanos pós-moderna, com foco primário na luta da identidade.

<i>Artigo – O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Realiza uma discussão crítica sobre o surgimento do ECA nos marcos do neoliberalismo, após o esgotamento do Código de Menores, de 1979, desmistificando a visão de que o ECA faz uma ruptura com o projeto de sociedade do Código de Menores.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Demonstra a dimensão do espaço como um dos elementos fundamentais para compreensão das demandas da juventude atualmente, partindo da experiência de um trabalho extensionista com jovens na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – As relações político-administrativas entre os Conselhos Tutelares e a Prefeitura de Curitiba.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Síntese dos resultados da dissertação de mestrado em Sociologia Política, apresentada à Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discute as estratégias que os Conselhos Tutelares do município de Curitiba vêm utilizando para apropriar-se dos espaços de participação e controle político junto às políticas setoriais de abrigamento para crianças e adolescentes.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Mídia e consumismo na infância: crivagens da violência invisibilizada.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Estabelece uma relação entre mídia e consumismo, apontando os impactos negativos do conteúdo midiático para a vida de crianças e adolescentes.	Perspectiva de violência pós-moderna, com foco na violência simbólica.
<i>Artigo – Aproximações ao conceito de negligência.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Analisa o conceito de negligência, tendo em vista o uso equivocado por parte dos profissionais que trabalham junto à criança e ao adolescente, sobretudo nos casos de destituição do poder familiar que requerem dos profissionais seus pareceres, relatos e sentenças judiciais.	Método: fenomenologia.
<i>Artigo – Relato de experiência – Instituição do Programa Família de Apoio na direção de política pública de acolhimento.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Discute o Programa Família de Apoio implementado como política pública de acolhimento em 2002, na cidade de Franca-SP, como resultado de diversas forças e atores sociais locais.	Sem explicitação do método.
<i>Resenha – Da repressão à educação.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Realiza uma resenha sobre uma obra de Faleiros que trata das medidas socioeducativas no Rio Grande do Sul, com ênfase no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).	Método: materialismo histórico dialético.

<i>Resenha – A face punitiva do ECA.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Realiza uma resenha sobre uma obra de Ana Paula Costa, que trata dos resultados de sua pesquisa de mestrado em Ciências Criminais na PUC/RS e de sua experiência profissional como presidenta da Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Porto Alegre e como responsável pela criação da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE).	Sem explicitação do método.
<i>Informe – CONANDA: subsídios para uma política da criança e do adolescente.</i>	N. 83. Edição especial Criança e Adolescente, 2005.	Resume as atividades desenvolvidas no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Miséria e lucro na rua: um retrato do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua em Angola.</i>	N. 89, 2007.	Apresenta as situações vividas por crianças e adolescentes em situação de rua, em Angola, mostrando as estratégias de sobrevivência, bem como pensa políticas sociais de atendimento a esses sujeitos, levando em consideração a estrutura familiar; traz considerações sobre resiliência como capacidade humana apresentada por esses segmentos da população; e mostra a educação social como alternativa para a reintegração social, possibilitando a promoção da autonomia, autoestima, formação de vínculos afetivos, reconstrução da identidade e personalidade.	Método: estrutural-funcionalismo.
<i>Informe – VII Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente: “concretizar direitos humanos de crianças e adolescentes: investimento obrigatório”.</i>	N. 93, 2008.	Apresenta um informe sobre a VII Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no período de 3 a 5 de dezembro de 2007, em Brasília-DF.	Sem explicitação do método.

Fonte: Sistematização das autoras, a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

No início dos anos 2000, a Revista Serviço Social & Sociedade apresentou trabalhos com temáticas como a institucionalização de crianças, discutida em artigos que versaram sobre os modelos de atendimento adotados e o significado da intervenção profissional e seus encaminhamentos. Outro debate destacado foi o Programa Bolsa-Escola, abordando o programa em si, suas perspectivas e a forma como poderia contribuir para que crianças e adolescentes inseridos em contexto de pobreza pudessem frequentar a escola e, ao mesmo tempo, sair de situações consideradas de risco e vulnerabilidade. Discute-se, ainda, o Programa Família de Apoio, no marco da política pública de acolhimento de crianças e adolescentes.

Não diferente dos períodos anteriores, a prática de atos infracionais recebeu destaque e

as abordagens sobre essa temática giraram em torno da materialização do ECA. Este último recebeu críticas por não ter rompido, totalmente, com o viés punitivo presente nos Códigos de Menores, apesar de se constituir como um avanço nas legislações voltadas à criança e ao adolescente. Podemos destacar, também, debates sobre ato infracional tecendo críticas à criminalização da pobreza e à sociedade de classes na qual vivemos.

No ano de 2005, a Revista publicou uma edição especial sobre criança e adolescente, revelando questões em pauta na época, as quais estavam relacionadas à necessidade de materialização dos direitos desses sujeitos. Dentre elas, a busca por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescente; jovens e o direito à cidade, compreendendo a cidade como espaço de desigualdades; mídia e consumismo na infância, discorrendo criticamente sobre a exposição de crianças e adolescentes e o uso da mídia para incentivar o consumo; a negligência, que juntamente com o abandono são apontados como os principais motivos de abrigo e; a fragilidade das políticas públicas de atendimento às demandas dessa população, repercutindo concretamente na realidade e, muitas vezes, agravando sua condição de invisibilidade.

Com relação às tendências teórico-metodológicas, predominaram trabalhos que não explicitaram o método, sendo, em sua maioria, relatos de experiência profissional em políticas e programas sociais para crianças e adolescentes. A fenomenologia e a perspectiva pós-moderna, por sua vez, apareceram de maneira incipiente nos debates sobre negligência, mídia, consumismo e direitos humanos. O estrutural-funcionalismo também se apresenta de maneira ínfima na discussão sobre a reintegração social de adolescentes que praticaram ato infracional. A produção no âmbito do materialismo histórico-dialético também aparece nessa produção, particularmente trazendo um discurso mais crítico em relação ao ECA e aos direitos das crianças e adolescentes.

Observemos agora o quadro das produções do conhecimento no período de 2010 a 2017:

Quadro 4 - Produção do conhecimento na área da infância, adolescência e juventude, no período de 2010 a 2017, na Revista *Serviço Social & Sociedade*

Título	Edição/Ano	Objetivo	Tendência teórico-metodológica
<i>Artigo – El diagnóstico social como discurso experto em el área sociojurídica.</i>	N. 101, 2010.	Discute a trama conceitual e ideológica presente no diagnóstico e os instrumentos utilizados para construí-lo.	Perspectiva pós-moderna. Trabalha com “modernidade reflexiva” a partir de Giddens e “risco” em Castel.

<i>Artigo – Plantão social: espaço privilegiado para a identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes.</i>	N. 101, 2010.	Discute a concepção do plantão social no interior da profissão, a partir da perspectiva de diversos autores, datando seu surgimento na gênese do Serviço Social.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei.</i>	N. 101, 2010.	Discute a concepção do plantão social no interior da profissão, a partir da perspectiva de diversos autores, datando seu surgimento na gênese do Serviço Social.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos.</i>	N. 105, 2011.	Discute acerca do trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade, com foco na atuação na medida de internação de adolescentes.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva orçamentária.</i>	N. 105, 2011.	Analisa a aplicação dos recursos, realizada pelo governo federal, em programas sociais direcionados à população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social no Brasil.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – El debate del riesgo.</i>	N. 105, 2011.	Apresenta a tese dos autores da modernidade reflexiva, propondo a relação conceitual entre reflexividade, autonomia em relação à estrutura social e responsabilidade em relação às próprias ações e decisões. Analisa a ideia de risco social no contexto da intervenção social na infração do adolescente.	Perspectiva pós-moderna, trabalhando a “modernidade reflexiva” e o “risco”.
<i>Resenha – Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes.</i>	N. 109, 2012.	Realiza uma resenha sobre a tese de doutorado de Maria Liduína de Oliveira e Silva, que revela como vem ocorrendo o controle sócio penal dos adolescentes que respondem por processos infracionais a partir do ECA, com base no Sistema de Administração da Justiça Juvenil de São Paulo.	Método: materialismo histórico dialético. Categoria controle social a partir de Marx e Mészáros.
<i>Artigo – Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas.</i>	N. 111, 2012.	Discute a execução do serviço de acolhimento em família acolhedora no território nacional, como medida protetiva para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação.</i>	N. 115, 2013.	Demonstra que se os direitos humanos são uma construção social recente, também o é o reconhecimento das categorias criança e adolescente. Compreende a construção dos direitos humanos no processo histórico, abarcando a infância nesse processo.	Método: materialismo histórico dialético. Incorpora a “ilusão jurídica” a partir de Marx.

<i>Artigo – Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas.</i>	N. 115, 2013.	Apresenta exemplos concretos de como a combinação “proibicionismo-criminalização da pobreza” subsidia decisões do Ministério Público, do Poder Judiciário e de equipes técnicas, incluindo profissionais de Serviço Social, em relação a adolescentes envolvidos em tráfico de drogas.	Método: materialismo histórico dialético. Trabalha a mercadoria droga em Marx.
<i>Artigo – Relato de experiência profissional. Serviço Social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção.</i>	N. 115, 2013.	Realiza um relato de experiência profissional enquanto assistente social forense vinculada à área sociojurídica, na atuação frente à necessidade de ampliação de dois direitos: o direito à licença-maternidade das mães adotivas e o direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais.</i>	N. 117, 2014.	Apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em Minas Gerais, com todas as instituições que prestam serviços de acolhimento no estado. Nesta, foi possível identificar características dos jovens acolhidos, bem como dos locais onde foram encaminhados, identificando e classificando os principais motivos dos encaminhamentos.	Sem explicitação do método.
<i>Artigo – Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes.</i>	N. 118, 2015.	Discute o trabalho infanto-juvenil no contexto do município de Franca-SP, mostrando como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo desponta se constituem como maiores propagadores do trabalho informal, da retirada de direitos sociais e do trabalho infanto-juvenil.	Método: materialismo histórico dialético.
<i>Artigo – Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade.</i>	N. 122, 2015.	Discute o Plano Individual de Atendimento (PIA) como um instrumento fundamental na efetivação das medidas socioeducativas (MSE), permitindo ao adolescente se posicionar, individualmente, embora conjuntamente com a equipe técnica, sobre suas perspectivas de vida.	Sem explicitação do método.

Fonte: Sistematização das autoras, a partir de dados obtidos na Revista Serviço Social & Sociedade.

Como observamos nos Quadros 3 e 4, o pensamento pós-moderno está presente, embora de maneira ínfima, nas produções do conhecimento sobre infância, adolescência e juventude a partir dos anos 2000. A sua propagação se relaciona com as manifestações das mudanças operadas no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva, o avanço do capital financeiro,

das tecnologias da informação e comunicação, dos diversos serviços, da publicidade e propaganda, dentre outros fatores. Por isso, esse modo de pensar não decorre apenas da abstração dos seus pensadores, mas parte dessas mudanças que se manifestam, inclusive, sobre eles (EAGLETON, 1998).

No pensamento pós-moderno, essas novas mudanças começam a ser analisadas tendo por base as seguintes concepções teórico-metodológicas: i) a substituição da sociedade do trabalho e industrial pela sociedade do conhecimento e pós-industrial; ii) o fim da modernidade e a instituição da pós-modernidade; iii) a ruptura com a herança racionalista do Iluminismo; iv) a relativização da verdade; e iv) a ênfase no indivíduo, na subjetividade e nos discursos representativos. Essa forma de analisar a realidade fora muito influenciada pelo pioneirismo do francês Lyotard, que lança a sua obra *A condição pós-moderna*⁷, em 1979, revelando o conjunto dessas concepções.

Além de Lyotard, outros autores, ainda que com ideias particulares, também incorporaram tendências do pensamento pós-moderno, como Giddens e Beck com a ideia da “modernidade reflexiva”⁸, e Castel que, combinando com as análises de Durkheim, tem como uma de suas principais teses a existência de uma “nova questão social”⁹ percebida na dificuldade de “coesão social” pelo Estado diante da fragilização das políticas sociais. Baseado nessa tese principal, ele desenvolverá a concepção de “risco” vinculado ao aprofundamento da vulnerabilidade social e da instabilidade da condição salarial.

No lapso temporal que corresponde, especificamente, ao período de 2010 a 2017, é perceptível, ainda, produções do conhecimento em que as transformações na acumulação capitalista – particularmente com a reestruturação produtiva –, assim como as suas expressões na vida social, são tratadas em articulação com as formas de atuação do Estado, fazendo uso do método materialismo histórico dialético. Percebeu-se, nesse momento, a recuperação das fontes

⁷ Algumas contraposições de ideias podem ser encontradas nas obras *Condição pós-moderna*, de David Harvey, e em *As ilusões do pós-modernismo*, de Terry Eagleton.

⁸ Segundo Beck, o mundo tradicional se esgotou pelo seu próprio sucesso, dando origem a uma nova modernidade, nas palavras do autor: “Assim, em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classes, camadas sociais, ocupação, papéis de sexo, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Esse novo estágio em que o progresso pode se transformar em autodestruição em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica é que eu chamo de etapa da modernização reflexiva”. (BECK *apud* COSTA, 2009, p. 44).

⁹ Para Castel, a questão social tem um significado próprio. Ela permanece, contudo, sofre mutações e variações conjunturais, se metamorfoseando ao longo do tempo, mas estando presente na contemporaneidade e em toda a história do trabalho. No seu pensamento, é caracterizada pela “inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (CASTEL, 1999, p. 41), se expressando na massificação da vulnerabilidade social e na precarização e “desfiliação” de indivíduos, como resultado da progressiva complexificação da sociedade e aumento da densidade populacional. Assim, para o autor, o desencaixe de certos indivíduos de suas redes de proximidade e tecido social são fundamentais para compreensão do que denomina como “nova questão social”.

originais dos escritos de Marx e dos estudos de autores situados na tradição marxista, como o filósofo húngaro Mészáros, por exemplo.

Com isso, o ECA é percebido como produto das lutas sociais e, ao mesmo tempo, como algo adquirido nos marcos de um Estado que se coaduna com a acumulação de capital e, portanto, lhe imprime limites inelimináveis. Aqui, nota-se a contradição entre o formal e o real ou, noutros termos, entre uma igualdade jurídica e uma desigualdade econômica e social. Nesse cenário de ilusão jurídica, o direito não é visto como neutro e justo, mas como um campo tensionado por interesses distintos, no qual um lado está em desvantagem.

O método materialismo histórico-dialético tem como base a teoria social de Marx construída no período da ascensão teórica e política do iluminismo, no século XIX, e retomada ao longo dos séculos XX e XXI pela chamada tradição marxista, cujo referencial teórico-metodológico é utilizado por pensadores diversos. Tal método envolve elementos constitutivos que, juntos, tornam ele particular.

Em *Introdução ao Estudo do Método de Marx*, Netto (2011) nos apresenta os elementos principais desse método, quais sejam: i) a historicidade das formações sociais; ii) as condições materiais de existência como fundamento primário das relações sociais; iii) o critério da verdade apoiado na prática social e histórica; iv) a concepção de teoria concebida não como descrição ou elaborações discursivas, mas como um conhecimento teórico extraído de um objeto dotado de objetividade e essência; v) as diferenças entre o processo de investigação do concreto e o processo de exposição, no qual o concreto torna-se “concreto pensado”; vi) o estudo das categorias da realidade pelas análises diacrônica (gênese e desenvolvimento) e sincrônica (estrutura e função); vii) o manejo das análises por meio do exame dos complexos que se conectam numa totalidade, da percepção do movimento engendrado pelas contradições e do recurso às mediações para visualizar as relações diversas que emanam do objeto; e viii) o movimento entre universalidade, singularidade e particularidade dos complexos que compõem a totalidade.

Conforme nos mostrou o Quadro 04, o materialismo histórico-dialético apareceu em alguns artigos, havendo um importante avanço analítico em comparação com as produções das décadas anteriores no uso desse método. Esse avanço ocorreu em produções dos anos 2013 e 2015, a partir de análises que se aproximaram da relação dialética entre economia e política para pensar o direito da infância e juventude. Por um lado, isso se relaciona com o fato desse direito social democrático ter sido conquistado no plano jurídico, podendo agora ser objeto de crítica e do desvelamento de suas contradições. Por outro, também sinaliza avanços em torno da ampliação do debate das categorias Estado, Direito e Política Social dentro da tradição

marxista.

Considerações finais

Os dados quantitativos encontrados sinalizam uma pequena produção sobre infância, adolescência e juventude na Revista Serviço Social & Sociedade e, se isolarmos as temáticas, estes nos mostram que a produção de conhecimento sobre juventude é ínfima comparada à totalidade dos trabalhos publicados. Logo, em um universo de 1385 trabalhos, apenas três versam sobre juventude. Outrossim, verificou-se a inexistência de autores situados nas regiões Norte e Centro-Oeste produzindo sobre temas relacionados à juventude.

Além disso, foi possível observar, a partir da análise qualitativa das publicações até o ano de 2017, uma alteração tanto dos métodos de abordagens das temáticas como da própria visão acerca das crianças, adolescentes e jovens, partindo do estrutural-funcionalismo, por exemplo, para uma perspectiva apoiada na teoria social crítica, cujas discussões seguem o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Embora a fenomenologia e a perspectiva pós-moderna tenham aparecido dentro do campo social democrático, o materialismo histórico-dialético e, principalmente, os relatos de experiências profissionais na área da infância e juventude predominaram a partir dos anos 2000.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por viabilizar a aproximação com a pesquisa científica. À Profa. Dra. Sâmia Rodrigues Ramos por disponibilizar as revistas da Serviço Social & Sociedade em sua versão física. Aos membros da equipe da pesquisa pelas trocas e aprendizados compartilhados.

Referências bibliográficas

- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRAVO, M. I. de S.. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. de S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAPALBO, C.. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. In: *Cadernos ABESS*. n. 4. São Paulo: Cortez, 1991.
- CARVALHO, M. do C. B. de. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 55, 1997.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes,

- 1999.
- COSTA, J. F. (2009). *Modernidade reflexiva: Giddens, Beck e as limitações da segunda modernidade*. (Dissertação de mestrado). Mestrado em Sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Em defesa da juventude brasileira*. CFESS Manifesta. Brasília: CFESS, janeiro de 2014.
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FALEIROS, V. de P. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70. In: CFESS (Org.) *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>> Acesso em: 21 maio 2020.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social & Sociedade*. n. 136, p. 439-461, São Paulo, set./dez., 2019.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.
- MONTOYA, N. P. M. Herramientas para investigar ¿Qué es el estado del arte? *Ciencia y Tecnología para la salud Visual y ocular*. n. 5. p. 73-75, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5599263>. Acesso em: 19 mar. 2017.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I. n. 1. Julho, 2009. Disponível em: www.rhcs.com. Acesso em: 19 jul. 2016.
- SANTOS, L. S. Adoção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 54, 1997.
- SILVA, J. F. S. da. Algumas considerações sobre a questão da criança e do adolescente de rua. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 43, 1993.
- RAICHELIS, R.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L. Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*. n. 136. São Paulo, set./dez., 2019.
- RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2008.